

Jornalismo de Guerra no Médio Oriente: histórias, testemunhos e reportagens de jornalistas portugueses

War Journalism in the Middle East: stories, testimonies and reportage by Portuguese journalists

Manuel João de Carvalho Coutinho

ICNOVA — FCSH

manueljoaocc@gmail.com

ORCID ID: 0000-0001-6562-0188

Resumo: Na edição de 29 de agosto de 1914, o jornal *A Capital* anuncia na sua capa a decisão histórica de enviar o jornalista Hermano Neves como o primeiro correspondente especial para cobrir a Primeira Guerra Mundial. É de realçar que até à data Portugal continuava praticamente dependente de publicações estrangeiras e agências internacionais para reportar conflitos armados além-fronteiras. Sabemos hoje que os desafios encontrados por Hermano Neves impediram que o mesmo reportasse de perto e com detalhe os vários acontecimentos, ficando o seu trabalho aquém do esperado. Contudo, a sua presença motivou outras redacções nacionais a tomarem decisões semelhantes, dando-se início à tradição de enviados especiais portugueses para o campo de guerra e abrindo-se assim um novo capítulo no panorama jornalístico nacional. Cem anos depois é possível identificar como o jornalismo de guerra evoluiu em Portugal, e como através das décadas vários jornalistas portugueses arriscaram as suas vidas para trazer ao nosso país notícias de guerras internacionais que, importa destacar, nem sempre contaram com a presença de tropas portuguesas. Propõe-se com este estudo considerar o trabalho de alguns destes jornalistas, não só através das reportagens realizadas, mas também a partir de testemunhos pessoais escritos pelos próprios, que relatam os desafios e aprendizagens de trabalhar no campo de guerra. Para analisar este tipo de jornalismo escolheu-se o jornalismo de guerra português realizado na região do Médio Oriente, onde trabalharam grandes jornalistas portugueses como Cáceres Monteiro, Cândida Pinto, Carlos Fino e Sofia Lorena. Através do trabalho e escrita destes jornalistas, entre outros, e tendo como pano temporal o período da Guerra do Golfo até aos dias de hoje, procura-se com este estudo analisar a importância e contributo da presença de repórteres portugueses no palco de guerra para a história do jornalismo nacional.

Palavras-chave: reportagem; jornalismo de investigação; jornalismo de guerra; Médio Oriente.

Abstract: *In the August 29, 1914 newspaper A Capital announced on its cover the historic decision to send journalist Hermano Neves as the first special correspondent to cover the First World War. It should be noted that, to date, Portugal remained practically dependent on foreign publications and international agencies to report on armed conflicts across borders. We know today that the challenges encountered by Hermano Neves prevented him from reporting closely and in detail the various events and his work failed to meet expectations. However, his presence motivated other Portuguese newsrooms to take similar decisions, thus starting the tradition of Portuguese special envoys sent to cover war and opening a new chapter in the national journalistic panorama. One hundred years later, it is possible to identify how war journalism evolved in Portugal, and how, over the decades, several Portuguese journalists risked their lives to bring to our country news of international wars that, it is important to highlight, do not always have the presence of Portuguese troops. With this study we here propose an analysis of the work of some of these journalists, not only through their reports, but also from personal testimonies written by them, testimonies that shed light on the challenges and lessons of working in the war field. To analyse this type of journalism we choose Portuguese war journalism carried out in the Middle East region, where some of Portuguese great journalists worked such as Cáceres Monteiro, Cândida Pinto, Carlos Fino and Sofia Lorena. Through the work and writing of these journalists, among others, and going from the Gulf War period to present day, this study seeks to analyse the importance and contribution of the presence of Portuguese reporters on the war stage for the history of national journalism.*

Keywords: reporting; investigative journalism; war journalism; Middle East.

Introdução

Quando falamos das origens do jornalismo português o consenso parece apontar para a *Gazeta de Lisboa* em 1715¹. Há quem destaque também a importância das gazetas precursoras desta cujas origens remontam até 1640, em particular com a *Gazeta em Que Se Relatam as*

1 Sousa, J. P., 2011.

Novas Que Houve Nesta e Que vieram de Várias Partes (cuja propaganda clara é prova da dificuldade das primeiras publicações periódicas se tornarem independentes do poder político da época²). Certo é que no início da segunda década de 1900 Portugal contava já com uma grande diversidade de publicações e uma longa história do jornalismo com séculos de existência. Ainda assim, por essa altura o jornalismo de guerra em Portugal dependia ainda em larga parte de publicações internacionais cujas peças eram compradas, (e por vezes) traduzidas e republicadas em jornais portugueses. Tudo isto mudaria de figura com a Primeira Guerra Mundial e a decisão histórica do jornal *A Capital: diário republicano da noite* a 29 de Agosto de 1914, ao publicar na sua capa o seguinte aviso:

N'um intuito que não é somente obter uma melhor informação dos factos de guerra, mas também apprehender (...) *A Capital* vae enviar a Paris, d'onde porventura seguirá, mais tarde, para Londres, ou outros pontos a que for chamado de preferência pela sua missão de jornalista, um dos nossos (...) que o publico deste jornal de sobejo conhece e aprecia, o dr. Hermano Neves. (*A Capital*, 1914)

Para cobrir este conflito conta-se também o trabalho de outros jornalistas, como Luís Câmara dos Reis e José Augusto Correia para o *Diário de Notícias*, e Paulo Osório correspondente de Paris para o *Século*. Começa assim a tradição do jornalismo de guerra português, que conta hoje em dia já com um século de existência. Ao longo dos anos são vários os jornalistas que entraram nesta tradição portuguesa, como Mário Neves na Guerra Civil Espanhola, cujas reportagens do *Diário de Lisboa* em 1939 viriam a ser compiladas no livro *A Chacina de Badajoz* (1985), ou Artur Maciel nas reportagens para o *Diário de Notícias* em 1963, reunidas nesse ano no livro *Angola Heróica* (1963).

Ainda que a tradição do jornalismo de guerra português tenha uma história tão recente no panorama internacional, há, contudo, momentos singulares perante o panorama internacional como foi por exemplo o trabalho de Carlos Fino em directo na RTP a 20 de Março de 2003, onde seria o primeiro repórter no mundo a anunciar o início dos bombardeamentos em Bagdad. O *scoop* histórico foi, como o próprio indica, um misto de profissionalismo e uma dose de sorte da parte da sua equipa que incluía também o repórter de imagem Nuno Patrício (Fino, 2003, pp. 185-86). No seu livro *A Guerra em Directo* (2003) Carlos Fino conta esta e outras histórias das peripécias de uma carreira de jornalismo de guerra, uma carreira que conta com sucessos, mas também momentos tensos. Um desses momentos ocorreu a 9 de Abril de 2003 quando Carlos Fino e Nuno Patrício foram espancados e ficaram presos durante horas antes de serem libertados (Fino, 2003, pp. 212-216).

Seria impossível discordar que o jornalismo de guerra é essencial e que o trabalho dos

2 Soares, 2016.

jornalistas portugueses além-fronteiras é algo de valor no panorama nacional para a história do jornalismo português. Apesar de tudo, o jornalismo de guerra é também um dos mais difíceis de produzir, graças as suas enormes despesas e, mais importante, pela questão humana. Um olhar sobre os dados do *Committee to Protect Journalists* (CPJ) e é possível identificar como o jornalismo de guerra tem mudado com o Século XXI a conhecer um grande número de jornalistas mortos no cumprimento da profissão, em particular no Médio Oriente.³ Se a tradição do jornalismo de guerra português conta com um século de existência, nada garante que esta tradição continue já que são vários os desafios por de trás deste tipo de jornalismo. Nos dias de hoje é normal e recorrente discutir o futuro incerto do jornalismo numa altura em que se fala de cortes de custos na redacção e fins de publicações. Não é estranho para as redacções portuguesas, nos dias de hoje, voltar aos tempos antes de 1914 e comprar peças de jornalismo de guerra de redacções internacionais, não se arriscando assim a enviar jornalistas além-fronteiras, e sendo a redução de custos orçamentais e risco humano um forte argumento a favor. Perante este cenário, importa considerar a evolução recente do jornalismo de guerra português e se haverá futuro ou justificação para a sua continuidade em Portugal.

Tendo como pano de fundo o Médio Oriente, procura-se assim com este estudo abordar a evolução do jornalismo de guerra português praticado nesta realidade, desde a Guerra do Golfo até aos dias de hoje. Através da análise desta evolução iremos procurar aproximar-nos de uma compreensão do futuro deste género e da sua tão importante voz para a história do jornalismo português.

Histórias, oportunidades e desafios do jornalismo de guerra português no Médio Oriente

Quando falamos de jornalismo de guerra é difícil não pensar nas histórias, experiências e peripécias além-fronteiras e do elemento do risco e sorte associado à prática de reportar muitas vezes debaixo de balas. Para jornalistas como Cândida Pinto, até momentos de leve descontração no jornalismo de guerra pode revelar-se como um erro crasso e uma temporária e perigosa ilusão. Como explica na sua reportagem em Trípoli, na Líbia, por ocasião da queda de Khadafi em 2011:

Ao regressarmos ao hotel, ao meio dia, o ambiente é mais descontraído. Deixo o colete e o capacete no quarto quando me preparo para fazer um directo (...). É nessa altura que um grupo descontrolado surpreende com disparos para o hotel. O meu colega repórter de imagem Rodrigo Lobo galga os

³ *Committee to Protect Journalists*, n.d.

12 andares a pé para recolher coletes e capacetes. Vejo as balas atingirem as paredes (...) por cima da minha cabeça. (Pinto, 2017, p. 46)

Seria difícil de contra-argumentar que este momento da carreira da jornalista Cândida Pinto foi definido por uma mistura de mau timing e sorte. Curiosamente, para a jornalista Sofia Lorena o elemento da sorte no jornalismo de guerra é algo que não existe na verdade, referindo que:

Há dez anos conheci um jornalista da BBC em Bagdade que ao ouvir algumas das minhas aventuras iraquianas me disse que “não é sorte, é a atitude que faz a diferença”. Não estava a falar de eu estar viva, mas das histórias e pessoas que encontrava. Mas estou viva, depois do Iraque uma e outra vez, e depois da Síria, no fim de 2013. (...) Veteranos houve que (...) acabaram em cativeiro. Veteranos houve que tiveram um ataque de asma na saída e morreram (...). Veteranos houve que decidiram ter mais uma conversa, tentar mais uma hora, e ficaram debaixo de bombas (...). (Lorena, 2017, p. 122).

Esta ideia que a jornalista Sofia Lorena apresenta parece ser um ponto a focar no jornalismo de guerra: este saber quando partir. Ainda assim, nem sempre o partir em segurança significa sucesso ou tranquilidade para o jornalista, correndo-se o risco de esta decisão definir o seu trabalho e mentalidade. Num momento de reflexão sobre a sua experiência no Iraque em 1991, por ocasião da guerra do golfo, o jornalista Cáceres Monteiro refere que é preciso saber quando não partir:

O voo Bagdad-Amã de dia 16 ia cheio de jornalistas. (...) Os bombardeamentos começaram nessa noite. Os poucos jornalistas que ainda tinham ficado em Bagdad, entre os quais os portugueses e meus amigos Paulo Camacho e Artur Queirós, foram obrigados a sair, nos dias seguintes. (...) A edição seguinte de *O Jornal* começava com um *lead* decepcionante e frustrante, escrito na redacção: “O enviado especial de *O Jornal*, Cáceres Monteiro, saiu de Bagdad no último voo para Amã, na Jordânia, antes dos bombardeamentos. O seu visto tinha caducado, e as autoridades iraquianas não o renovaram.” (...) É verdade que existira o contratempo do visto, mas se não tivesse cometido o erro de cálculo de pensar que Bagdad não seria atacada no dia 16, teria conseguido ficar. Afinal era só mais um dia... (...) A minha decisão de voltar à Arábia Saudita teve que ver, em parte, com uma vontade muito forte de reparar o erro de cálculo com a saída de Bagdade (...). Erros destes são frequentes e conhecidos no mundo dos repórteres. Mas eu não queria viver com aquela sensação para o resto da vida. Num dos seus livros de crónicas de guerra, John Simpson, o veterano editor da BBC, conta como um colega seu passava, desde há anos, obcecado com a circunstância de ter saído de Saigão no dia anterior à Ofensiva de Tet. Por isso, partiu de Lisboa em 19 de Fevereiro, parou em Jeddah (...) e chegou à Arábia Saudita, disposta a avançar. (Monteiro, 2004, pp. 49-50-51).

Importa destacar, neste exemplo do jornalista Cáceres Monteiro, que por norma jornalista de guerra vive de uma forma contra-intuitiva: indo em direcção às balas e explosões que definem os conflitos armados e correndo risco de vida no processo. É certo que o elemento constante de perigo no jornalismo de guerra é algo que naturalmente define (e marca⁴) a profissão e os jornalistas que a praticam. Ao mesmo tempo, o jornalista de guerra trabalha num ambiente que roça o horror do absurdo numa base diária. Na reportagem de Paulo Moura para o jornal *Público*, relativamente aos primeiros anos da guerra do Iraque (ou segunda guerra do golfo como o próprio chama) o jornalista apresenta um momento caricato que ocorre quando este viaja com um grupo de militares:

“Civis aproximam-se, meu tenente”, diz o soldado sem saber a quem há-de apontar a metralhadora. (...) “Não faz mal. São crianças. Vamos ao trabalho” o tenente Eric Louis parece calmo (...) apesar de um dos camiões da sua escolta ter (...) encalhado na valeta (...). Os soldados atiram-se para o chão, apontam as armas para todos os lados, montam uma segurança espalhafatosa (...). [As] crianças que se aproximam, assustadoramente, com os seus olhos de bombas humanas, e das mulheres que observam à distância, com os seus corpos de escudos humanos. Mal o camião sai da valeta, os soldados correm como loucos para os veículos, fugindo das crianças-bombas, dos camelos-bombas, do Iraque-bomba. “O seu jornal obriga-o a estar aqui? Ou pode ir embora quando quiser?”, pergunta, da janela do seu jipe, o tenente Louis, para desanuviar. (Moura, 2006, p. 247).

Esta descrição algo característica do estilo de Paulo Moura permite ao leitor ter um acesso a essa (quase) normalização do absurdo da guerra. Outro exemplo do trabalho deste jornalista, desta vez numa reportagem mais recente publicada em livro, pode ser vista neste momento introdutório onde Paulo Moura explica em poucas palavras o contexto deste seu trabalho em Mossul, no Iraque:

O Estado Islâmico é, provavelmente, de todas as realidades do século xxi, a mais difícil de compreender. (...) Nas regiões que controla (...) é impossível entrar. Um jornalista só chega quando os jihadistas já partiram ou foram aniquilados. Se chegar antes será ele aniquilado fisicamente ou, se não fisicamente, decerto como jornalista. Eu quis aproximar-me o mais possível (...) entrei em Mossul Ocidental, quando os combates ainda decorriam. O governo de Bagdade anunciou a libertação da cidade do domínio do Estado Islâmico enquanto, ao mesmo tempo, dava ordens para matar todos os resistentes, todos os suspeitos de serem, ou terem sido, resistentes, incluindo as

4 Estudos recentes referem o impacto do Stress Pós-Traumático em jornalistas de guerra, algo ainda não reconhecido por muitas redacções que não oferecem opções de consultas psiquiátricas ou apoios para os jornalistas que regresam da guerra naturalmente transtornados (Bolton, n.d.).

suas famílias, incluindo as suas crianças. Foi nestes dias que me instalei numa casa em Mossul Ocidental. (Moura, 2018, pp. 9-10).

Esta investigação de dez dias em Mossul por Paulo Moura, que deu origem ao livro *Uma Casa em Mossul* (2018), é no panorama recente uma das mais completas reportagens portuguesas sobre o Estado Islâmico e o impacto na região e é por isso um exemplo ideal para elogiar e considerar o estatuto presente do jornalismo de guerra português. Quando falamos de *Uma Casa em Mossul* (2018), é importante destacar que este trabalho do jornalista Paulo Moura não foi suportado por nenhuma redacção portuguesa, ainda que se trate de um trabalho jornalístico. Numa entrevista para o jornal *Público*, por ocasião da promoção deste livro, Moura explicou que: “(...) este projecto só foi possível (...) porque houve o apoio de uma bolsa da Nomad (...). Sem esse apoio, e só com os meus meios de jornalista free lance, eu não poderia ter feito um trabalho destes (...)”⁵ Quando questionado pelas contrapartidas associadas a esse apoio este responde: “Nenhuma. Deram-me cinco mil euros e pediram-me apenas que na contracapa do livro estivesse um pequeno selo identificando o apoio da Nomad. Não interferiram em nada, nem no tema.”⁶ Interessantemente na mesma entrevista Moura adiantou também a necessidade de repensar o financiamento do jornalismo de investigação nos dias de hoje⁷, algo importante a ter em conta quando pensamos no jornalismo de guerra, invariavelmente um dos géneros mais caros (e perigosos) do jornalismo moderno.

Ainda sobre o trabalho de Moura, é de notar que o orçamento que este refere — cinco mil euros — é consideravelmente baixo para os gastos habituais no jornalismo de guerra. De facto, um olhar sobre o jornalismo de guerra português no Médio Oriente revela como as coisas mudaram nas últimas décadas. Carlos Fino, por exemplo, indica no seu livro *A Guerra em Directo* (2003) que no início da guerra do Golfo em 1990 a sua equipa de dois elementos gastava perto de quinhentos dólares por dia apenas em despesas legais (licenças, etc) sendo que os custos totais superavam vários milhares por dia (Fino, 2003, p. 201). Estes valores altos são algo que o próprio nota como algo habitual e expectável no jornalismo de guerra, sendo “(...) os primeiros sinais da decomposição do regime (...)” (Fino, 2003, p. 153) É de notar que nos dias de hoje os valores praticados são por norma muito superiores àqueles referidos por

5 Santos, 2018.

6 Ibidem.

7 Paulo Moura refere ainda nesta entrevista que: “Se aceitarmos que o jornalismo é um serviço público e necessário, o que não é um dado adquirido, então temos de ver como é que será possível continuar a fazê-lo, pois está provado que o mercado já não é suficiente. O jornalismo que faço só vai ser possível se houver apoios e eu, que já fui mais renitente em relação a esse tipo de coisas do que sou hoje em dia, acho que é preciso explorar estas novas vias de mecenato, de fundações ou do próprio Estado. Se o Estado financia as artes, o jornalismo não é pelo menos tão útil e importante existir numa sociedade democrática como as artes? Se o mercado não o financia, não o torna possível, o Estado tem a obrigação de o fazer. Garantindo, claro, as condições de independência que são condição da própria existência do jornalismo.” Ibidem.

Carlos Fino sobre 1990, sendo que na década de 2010 publicações como o *New York Times* chegaram a gastar cerca de dez mil dólares por dia.⁸ Valores claramente longe dos cinco mil gastos por Paulo Moura na sua reportagem de dez dias em Mossul.

Sobre os valores gastos e os apoios para jornalismo de guerra importa referir aqui também o trabalho de jornalistas como Tiago Carrasco e a sua longa reportagem no Médio Oriente e Norte de África, por ocasião da Primavera Árabe, que viria a ser publicada no livro *A Estrada da Revolução* (2012). Tiago Carrasco viu-se numa situação semelhante à procura de financiamentos alternativos para fazer com a sua equipa — João Fontes e João Henriques — uma reportagem ambiciosa passando por vários países em revolução e instabilidade. De notar que este trabalho da sua equipa foi feito sem seguro, algo que o próprio Tiago Carrasco reconhece como um risco constante⁹ para a reportagem e para sua segurança e dos seus colegas, algo que acabou por definir e marcar a própria forma de fazer jornalismo exigindo-se uma maior proximidade às pessoas entrevistadas¹⁰ (por vezes até para encontrar tradutores improvisados¹¹). Num momento de *A Estrada de Revolução* (2012), Tiago Carrasco explica como foi a sua entrada na Síria e os gastos monetários para a sua equipa:

Viajávamos apenas com a roupa que nos cobria o corpo e com o equipamento de reportagem. Não sabíamos sequer quando regressaríamos (...). Por toda a logística, traduções e segurança, deveríamos dar a Abu Mohammed 200 euros cada um (...). Nazir garantiria-nos que não gastaríamos nem mais um cêntimo em território sírio (...). Um bom negócio: o tradutor Adil e Mohammed Fizu contaram-nos que grandes cadeias televisivas e jornais internacionais chegaram a pagar de mil a cinco mil

8 Paris — AFP, 2018.

9 Quando entrevistei Tiago Carrasco e questioneei sobre os dois projectos da sua equipa — *Até lá Abaixo* (2011) e *A Estrada da Revolução* (2012) — e outros possíveis futuros projectos, este foi claro referindo que um dos impedimentos de continuar a fazer trabalhos semelhantes foi o problema do financiamento, afirmando também que: “Nós fizemos isto tudo sem um seguro, bastava que um de nós apanhasse uma bala na perna e estava acabado, adeus. Ficas ali a pagar uma fortuna numa clínica ou ficavas ali a agonizar. E se ficasses a pagar não tinhas dinheiro, portanto lixava-te a vida. Portanto, isto [*Até lá Abaixo* e *A Estrada da Revolução*] foi tudo feito na corda-bamba. (Coutinho, 2018, p. 520).

10 Na mesma entrevista com Tiago Carrasco, questioneei-o sobre a proximidade com as pessoas que conheceu n’*A Estrada da Revolução* (2012), uma relação de confiança que se tornava clara no livro. Esta proximidade foi algo que o próprio justificou como parte de uma necessidade, mas também uma vantagem de fazer este tipo de investigação com um orçamento reduzido, referindo que: “Nós [Tiago Carrasco, João Fontes e João Henriques] nestes projectos [...] precisamos de estar em contacto constante com as pessoas, porque muitas vezes precisamos de dormir em casa delas. Portanto, quando eu tenho [...] uma abertura maior das pessoas, nem que seja só falar do conflito; é porque nós ficamos lá a dormir quatro ou cinco dias em casa dessas pessoas e precisamos de tomar banho do balde em que elas tomam banho, precisamos de comer do alguidar cheio de arroz com as mãos com eles. Isso dá uma sensação de partilha e de nivelção que a maior parte dos casos não existe.” (Coutinho, 2018, pp. 513-14).

11 Num dos momentos d’*A Estrada da Revolução* (2012), Tiago Carrasco fala-nos de conhecer Mehmet, um turco de 24 anos que falava cinco línguas, sendo uma delas português. Após pedir ajuda para este servir de tradutor, Mehmet acaba por recusar temendo represálias do regime. E, numa forma característica do jornalista, este acaba por criar uma correlação com a sua própria infância e juventude em Portugal, explicando da seguinte forma que: “Jamais estive num sítio onde as pessoas tivessem tanto medo de falar livremente. Tudo aquilo que a minha família e os meus professores me tinham contado sobre Portugal durante o Estado Novo, com a ameaça constante da PIDE e a falta de liberdade de expressão, estava a testemunhar em Diyarbakir. Quando Mehmer se despediu, pensei na frustração que devia sentir por saber falar tantas línguas e não ser livre de falar a sua.” (Carrasco, 2012, p. 72).

euros pelo mesmo serviço. Mas a nossa coragem sensibilizou os responsáveis do SHRO [Syrian High Rescue Office] (...) [que] tinham agora pela frente, em Antakya [província mais a sul da Turquia], três mochileiros independentes, sem produtor, sem uma estrutura empregadora poderosa, sem telefone de satélite, sem seguro de saúde nem de trabalho. Nada. (...) Enfim, os tipos da SHRO tinham entendido que quem se arrisca a trabalhar nestas condições num cenário catastrófico como o da Síria, fá-lo por convicção. E, assim sendo, fizeram um desconto. (Carrasco, 2012, pp. 101-102).

O futuro do jornalismo de guerra e a voz portuguesa além-fronteiras

É de reforçar, perante estas dificuldades, o facto de na década de 2010 estes jornalistas, Tiago Carrasco e Paulo Moura (entre outros), terem arriscado as suas vidas para fazer jornalismo de guerra sem apoio de redacções e sem seguro, correndo por isso um risco considerável. Importa clarificar também que não estamos de nenhuma forma neste estudo a defender que estes dois jornalistas definem o estado do jornalismo de guerra português da actualidade. Contudo, tanto *A Estrada da Revolução* (2012) e *Uma Casa em Mossul* (2018) são dos trabalhos mais completos de jornalistas nacionais sobre conflitos no Médio Oriente dos últimos dez anos, e ambos foram de facto realizados sem apoio de uma redacção jornalística nacional. Não é fácil tentar justificar a aparente falta de vontade de redacções portuguesas em apoiar financeiramente repórteres de guerra portuguesa. Poderíamos talvez apontar para uma possível “falta de interesse” do público português em seguir as guerras no Médio Oriente — e, portanto, igual falta de interesse ou justificação da parte das redacções nacionais — em comparação com o que tinha acontecido nas décadas anteriores. De facto, na guerra do Golfo o público português seguiu os directos nos canais generalistas portugueses¹² e mais tarde depois do 11 de Setembro seguiu também a guerra do Iraque através de emissões nos canais de notícias 24 horas, como a

12 Na verdade, tanto a SIC e a RTP partilharam experiências literalmente lado a lado. Como explica Carlos Fino num momento curioso da sua experiência nos primeiros tempos da guerra do Golfo: “(...) procuramos saber onde estão a CNN e a BBC, onde reservaram quartos e seguimos-lhes os passos. (...) Não foi fácil. Perante a avalanche de procura, tivemos de insistir muito e subornar empregados (...) para garantir reservas. (...) A escolha certa era o [Hotel] Palestina, onde tínhamos já uma *suite* garantida (...). A equipa da SIC — o jornalista Paulo Camacho e o repórter de imagem Renato Freitas — tem menos sorte. A reserva no Palestina, que também tinham prometida, não se concretiza, deixando a estação privada portuguesa em condições difíceis. (...) Quando o Paulo me pergunta (...) se pode eventualmente contar com a minha ajuda, respondo-lhe apenas (...): «Eventualmente.» E sigo em frente. (...) Ainda vou a meio do átrio (...) e já a consciência me pesa. Afinal, esta mesma equipa da SIC tivera a gentileza, há alguns dias atrás, de nos trazer de Lisboa, a pedido da RTP, uma minicâmara com visão nocturna (...). Concorrência à parte, agora que são eles a precisar, não é justo não ir ao seu encontro. Estamos na situação de pré-guerra, num país estrangeiro e temos, além do mais, como cidadãos portugueses, um dever de entreajuda. (...) chego junto do Paulo e digo-lhe: «Estás à vontade, não há problema — tudo o que for preciso.» (...) Na noite do começo da Guerra e noutras que lhe seguiram, entre 19 de Março e 9 de Abril, trabalhamos (e dormimos! — eu e o Nuno nas respectivas camas, o Paulo e o Renato em colchões no chão) lado a lado — RTP e SIC, cada estação na sua pequena varanda-estúdio, partilhando mais do que um quarto de hotel, uma experiência profissional e humana em situação de grande tensão e algum perigo. Continuávamos a competir, mas estávamos também, basicamente, solidários.” (Fino, 2003, pp. 178-180).

SIC Notícias ou a RTPN, mais tarde RTP Informação. Recordo-me do impacto dessa guerra e das constantes notícias no telejornal. Ambos acontecimentos tiveram um claro impacto na realidade noticiosa portuguesa com ambos conflitos a terem a presença de repórteres portugueses no Iraque. Hoje em dia, contudo, a realidade parece ser diferente. A guerra no Médio Oriente não abre o telejornal como abria antigamente e os repórteres portugueses raramente reportam nesta realidade, talvez por essa aparente falta de interesse.

Não quer isto dizer que não há jornalismo de guerra nestas realidades ou que as grandes redacções noticiosas em Portugal não estão dispostas ou interessadas em seguir os acontecimentos de importância nestas realidades, mas a verdade é que não é comparável com o investimento visto nos dois conflitos anteriores, como foi por exemplo o caso do Iraque. Seria injusto procurar explicar esta realidade como uma “falta de interesse” do público, e admita-se que tal é apenas sugerido aqui uma hipótese impossível de provar. Talvez a falta de interesse seja das redacções que vêem os conflitos no Médio Oriente como uma despesa sem retornos ou histórias interessantes para contar, um risco que não vale a pena correr para algumas redacções nacionais que enfrentam já graves crises e necessidade de cortar despesas. Ao mesmo tempo, não podemos justificar esta descida de investimento no jornalismo de guerra como algo certo, como se nenhum acontecimento futuro fosse capaz de justificar o envio de jornalistas portugueses para o Médio Oriente, ou para qualquer outra área do mundo cujos conflitos sejam do interesse jornalístico. O que parece certo é que o jornalismo de guerra hoje em dia parece viver uma fase diferente dos anos 1990 e 2000 e, de facto, para contar histórias de conflitos no Médio Oriente alguns jornalistas, como Tiago Carrasco ou Paulo Moura, tiveram de procurar fundos monetários alternativos para fazer jornalismo. Não quer isto dizer que para assegurar o futuro do jornalismo de guerra português que temos necessariamente que pensar em fundos alternativos ou crowdfunding. Ainda assim, o que parece certo é que se o jornalismo atravessa hoje em dia uma crise, então os elevados custos normalmente associados ao jornalismo de guerra são de facto um impedimento para muitas redacções e o seu futuro é de facto uma incógnita.

Procurando terminar numa nota positiva, considere-se as palavras de José Manuel Barata-Feyo no seu elogio/crítica da grande reportagem portuguesa da actualidade, algo que invariavelmente inclui o jornalismo de guerra. Na sua análise à grande reportagem, Barata-Feyo refere que esta atravessa um momento difícil, mas, como explica, enquanto houver jornalistas haverá grandes reportagens:

Com as grandes reportagens feitas por repórteres portugueses, o país começou a ter acesso a uma visão nossa do mundo e até, a exportá-la. (...) Mais do que qualquer outro instrumento de comunicação, foi a grande reportagem que contribuiu para arrancar Portugal à ignorância do mundo e, por vezes, da sua própria História. (...) Ao longo de anos que já somam décadas fui vendo daquilo de que os portugueses foram e são capazes, em Portugal e nos cinco continentes. (...) As grandes reportagens nunca acabam. Enquanto houver mundo haverá grandes repórteres. Alguns, acredito, são e serão portugueses. (Barata-Feyo, 2006, pp. 13-14)

Referências bibliográficas

- Barata-Feyo, J. M. (2006). Introdução. In J. M. Barata-Feyo (Coord.), *Grande Reportagem* (pp. 11-15). Oficina do Livro.
- Bolton, E. E. (n.d.). “*Journalists and PTSD*” U.S. Department of Veterans Affairs. https://www.ptsd.va.gov/professional/treat/care/journalists_ptsd.asp#two
- Carrasco, T. (2012). *A Estrada da Revolução*. Oficina do Livro.
- Committee to Protect Journalists. (n.d.). *Iraq: Journalists in Danger - A statistical profile of media deaths and abductions in Iraq 2003-09*. <https://cpj.org/reports/2008/07/journalists-killed-in-iraq/>
- Coutinho, M. J. C. (2018). *21st Century Literary Journalism: Narrative Techniques and the Concept of Plot and Hero*. [Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa]. Repositório da NOVA. <http://hdl.handle.net/10362/49928>
- Fino, C. (2003). *A Guerra em Directo*. Verbo.
- Hemeroteca Municipal de Lisboa. (1914, agosto 29). Hermano Neves nosso correspondente de guerra. *A Capital*. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1914/Agosto/Agosto_item1/P115.html
- Lorena, S. (2017). Para o Azad e a Omayá (e para o meu irmão). In A. Natário, I. Nery & S. Branco (Coords.), *Tudo por uma boa história* (pp. 119-124). A Esfera dos Livros.
- Maciel, A. (1963). *Angola Heróica*. Bertrand.
- Monteiro, C. (2004). *Hotel Babilónia*. Verbo.
- Moura, P. (2006). As Lágrimas da Liberdade. In J.M. Barata-Feyo (Coord.), *Grande Reportagem* (pp. 239-256). Oficina do Livro.
- Moura, P. (2018). *Uma Casa em Mossul*. Objectiva.
- Neves, M. (1985). *A Chacina de Badajoz*. Edições “O Jornal”.
- Paris – AFP. (2018, August 28). Crippling costs of war reporting and investigative journalism. *France24*. <https://www.france24.com/en/20180828-crippling-costs-war-reporting-investigative-journalism>
- Pinto, C. (2017). Líbia 2011, O fim do Coronel. In A. I. Natário, I. Nery & S. Branco (Coords.), *Tudo por uma boa história* (pp. 41-47). A Esfera dos Livros.
- Santos, M. (2018, julho 27). Dez dias que (quase) abalaram um repórter. *Público*. <https://www.publico.pt/2018/07/27/culturaipsilon/noticia/dez-dias-que-quase-abalaram-um-reporter-1838340>
- Soares, M. G. (2016, dezembro 1). Foi o primeiro jornal português. E ajudou D. João IV a consolidar o poder em 1640. *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2016-12-01-Foi-o-primeiro-jornal-portugues.-E-ajudou-D-Joao-IV-a-consolidar-o-poder-em-1>
- Sousa, J. P. (Coord.). (2011). *A Gazeta “da Restauração”: Primeiro Periódico Português* (vol. II). LaBcom. <https://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110125-jorge-p-sousa-a-gazeta-da-restauracao-2.pdf>